

# O TRABALHO E O SER-CRIANÇA NA VIDA DE MENINOS E MENINAS TRABALHADORES(AS) EM LAVOURAS DE FUMO<sup>1</sup>

*Betina Hillesheim<sup>2</sup>*

## Resumo

Este estudo aborda o trabalho infantil na perspectiva das crianças trabalhadoras em lavouras de fumo, mediante a investigação da produção de sentidos que o trabalho e a infância adquirem para as crianças.

Palavras-chave: trabalho infantil, infância.

## Abstract

This study treats the child labour on the perspective of the working children on tobacco field work, through the investigation of the sense producing that the job and the childhood gets to the children.

Keywords: child labour, childhood.

## Introdução

Trabalho infantil, de acordo com Fukui et al (1985), pode ser definido como uma gama de atividades realizadas por crianças, que visam possibilitar-lhes a sua sobrevivência ou a de outros. Existem diferentes abordagens do trabalho infantil (um mal que deve ser eliminado; parte da socialização; exploração; necessidade de sobrevivência; fonte de

<sup>1</sup> Este artigo fundamentou-se na dissertação de mestrado da autora, tendo sido apresentado no VIII Colóquio Internacional de Sociologia Clínica e Psicossociologia, em Belo Horizonte, Brasil.

<sup>2</sup> Psicóloga, professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), mestre em Psicologia Social e da Personalidade – PUC/RS.

orgulho), mas deve-se salientar que, em qualquer caso, este se constitui em uma forma de participação na comunidade, sendo que a sua compreensão exige a contextualização das condições nas quais este se realiza.

Esta pesquisa foi realizada no município de Santa Cruz do Sul – RS, em uma escola pública do meio rural. Esta é uma região de colonização alemã, com uma economia voltada predominantemente para a cultura do fumo. O cultivo do fumo ocorre em pequenas propriedades rurais familiares.

A metodologia utilizada foi o construcionismo social, tal como proposto por Spink (1999). Para a coleta de dados, foram feitas visitas semanais à escola durante um período de cinco meses (abril a agosto de 2000), nas quais realizou-se entrevistas com dez meninos e meninas trabalhadores(as) em lavouras e fumo, assim como o registro de conversas cotidianas, que ocorreram em situações diversas e incluíram outros(as) alunos(as) que não os(as) entrevistados(as) (embora, às vezes, esses(as) também estavam presentes). Além disto, outros dados obtidos pela observação também foram utilizados no processo de interpretação.

1 “Estão se arriando em nós? É trabalho honesto!”

Para os meninos e meninas entrevistados(as), trabalhar compreende atividades desenvolvidas em diversas esferas (na casa, na propriedade agrícola familiar e em outros estabelecimentos), podendo ser exercidas de forma autônoma ou em uma relação de empregador/empregado. Eles(as) trabalham no âmbito doméstico e/ou na produção agrícola familiar (principalmente o fumo, mas também no cultivo de outros produtos). O trabalho em outros estabelecimentos também apareceu nas práticas discursivas, seja para se referir a atividades realizadas por outros familiares (como irmãos mais velhos, por exemplo), seja para falar de seus planos para o futuro. Na maior parte das vezes, esta forma de trabalho está relacionado à cidade, embora também possa ocorrer no meio rural.

As crianças consideram trabalho tanto as atividades domésticas como as da roça, embora haja mais ambivalência em relação ao trabalho doméstico, visto como mais “fácil”. Os termos utilizados para fazer referência às atividades domésticas ou da roça diferenciam-se dos termos que indicam as atividades exercidas em outros estabelecimentos. Enquanto as primeiras são entendidas como “ajuda” ou “serviço” (o trabalho doméstico com mais intensidade, mas também o trabalho na roça), as outras atividades são “trabalho” ou “emprego”. Pode-se pensar, a partir desta diferença de nomeações, que há uma espécie de hierarquia permeando o entendimento de diferentes tipos de trabalho: o trabalho doméstico, como o menos valorizado; o trabalho na roça, em uma categoria intermediária; e o trabalho em outros estabelecimentos, como o de maior valor.

Aliás, confirmando esta idéia, a maioria dos(as) entrevistados(as) revela que, no futuro, gostaria de ter um “emprego”, de preferência na cidade, sendo que, para as

meninas, este “emprego”, muitas vezes, continua no âmbito das atividades domésticas, só que de forma remunerada e, por isto, mais valorizado.

Além disto, as crianças mencionam que o tempo de trabalho não é representado cronologicamente em horas ou dias, de acordo com o relógio e o calendário semanal ou mensal, mas por meio de termos que prescindem destes equipamentos e estão relacionados às atividades de alimentação e repouso, e ao dia e à noite, ou à semelhança do estudo desenvolvido em dois bairros pobres de Recife, “cedo, tarde, todo o tempo, todo o dia, de manhã, de tarde, de noite, ou representado como acordar e ir dormir, tomar café, preparar o almoço” (Duque-Arrazola, 1997, p. 374).

São consideradas como trabalho as atividades “pesadas”, “cansativas”, isto é, o trabalho é identificado com o pólo do sofrimento, do esforço e da fadiga, que são possíveis significados a ele atribuídos (Albornoz, 1994). Algumas vezes, a visão do trabalho como processo criativo, transformação da matéria natural em objeto da cultura, que constitui, conforme esta autora, a outra esfera de significados, também emerge, mas, nas falas dos meninos e meninas entrevistados(as), o sofrimento se sobrepõe à criação.

Entretanto, há um significado que permeia a questão do trabalho e que parece justificá-lo, mesmo sendo entendido como “difícil” e “pesado”: a cooperação com o grupo familiar. “Trabalho para mim é poder ajudar minha família. Não trabalho é, sei lá... Não ajudar a família, assim” (Menina, 12 anos).

O trabalho no fumo é sazonal, ocupando os agricultores no período de agosto a março, e, após esta etapa, dá-se a comercialização do produto. As entrevistas mostram que a mão-de-obra é essencialmente familiar, sendo que, em alguns casos, há uma cooperação entre vizinhos. As crianças entrevistadas participam de todo o processo da produção de fumo, desde o plantio até a colheita, além de trabalhar no cultivo de outros produtos. Apesar disto, o termo utilizado, na maior parte das vezes, para se referir ao seu trabalho na lavoura de fumo, é “ajuda”.

No caso das meninas, embora elas façam o trabalho doméstico, na época do plantio e da colheita do fumo elas também trabalham na roça, realizando as mesmas tarefas que os meninos. Deste modo, a dupla jornada de trabalho das mulheres tem início já na infância.

O trabalho no fumo aparece nas entrevistas como uma atividade sistemática, não-espontânea, isto é, como uma atividade que está integrada ao seu dia-a-dia. Nenhum dos entrevistados(as) é remunerado pelo seu trabalho, o que talvez explique a idéia de “ajuda”. Entretanto, eles(as) sentem que o fato de trabalhar lhes dá um maior poder de barganha em relação à família, inclusive quanto à compra de bens.

O início do trabalho na roça se deu em idades que variam dos 7 aos 11 anos, sendo que os meninos, em geral, começaram mais cedo que as meninas. É freqüente que as crianças acompanhem seus pais no trabalho “na roça” desde muito pequenas e o trabalho seja entendido como uma consequência *natural* do convívio familiar.

Observa-se ainda um componente educativo na questão do trabalho, isto é, algo que é transmitido inter-geracionalmente, que se deve aprender. As crianças são colocadas, portanto, no lugar de quem não sabe e os membros mais velhos da família encarregam-se de ensiná-las. O trabalho é, assim, algo para ser aprendido, integrando a educação destas crianças.

Os sentimentos em relação ao trabalho na lavoura são ambivalentes: meninos e meninas parecem relutar em admitir que este interfira em algum aspecto de sua vida, avaliando-o como necessário e importante para sua formação. Pode-se pensar que existe um sentimento de lealdade às famílias, que são quem os introduzem no trabalho: pais, e, ao mesmo tempo, patrões. O componente da obrigação, do dever, aparece claramente nas falas das crianças, somando-se a um conformismo com a sua condição de trabalhadores(as).

## 2 "Trabalho é ajudar em casa"

Segundo Dourado et al (1999), historicamente, as crianças e os adolescentes do meio rural não foram alvo de interesse dos juristas, médicos ou políticos higienistas. O trabalho infantil rural não foi contemplado nas leis que regulamentavam a infância, no início do século XX, visto que era compreendido como natural e até mesmo sadio, na medida que acontecia, na maior parte das vezes, dentro do núcleo familiar. No caso da zona canavieira, no interior de Pernambuco, até os anos 70 não havia acesso à rede pública de ensino para os filhos de trabalhadores rurais, sendo que a educação ficava a cargo dos pais, reduzindo-se ao ensino da escrita do próprio nome, na melhor das hipóteses. Deste modo, o ingresso no mundo do trabalho era algo imediato e inevitável.

A pesquisa realizada por estes autores também constatou que a metade dos trabalhadores da agricultura canavieira já trabalhava antes dos 10 anos de idade, aos 13 anos este número subia para mais de dois terços e apenas uma minoria aguardava completar 14 anos para iniciar-se no trabalho. Embora o presente estudo não tenha realizado tal levantamento quantitativo pode-se supor, no caso do fumo em Santa Cruz do Sul, pelas idades relatadas pelas crianças quanto ao início de seu trabalho na lavoura, que os números são semelhantes.

Analisando o caso da agricultura paulista, Gnaccarini (1993) mostra que, em média, há cerca de quinze a vinte por cento de mão-de-obra infantil, mas que, principalmente nas culturas de ciclo curto (amendoim, milho, feijão), este percentual pode ultrapassar cinquenta por cento da força de trabalho. Trata-se de um trabalho marcado pela exploração, no qual a mão-de-obra infantil compete com os adultos, mesmo que não haja nenhuma vantagem específica em favor das crianças (ou seja, não são atividades que requeiram maior destreza).

Entretanto, pode-se apontar uma diferença fundamental entre a realidade estudada por Gnaccarini (1993) e a das lavouras de fumo: no primeiro caso, trata-se de trabalho volante (os "bóias-frias"); em Santa Cruz do Sul, as crianças trabalham com suas famílias. Assim, a questão da exploração não se coloca tão claramente e outras dimensões precisam ser analisadas. No caso da presente pesquisa, o trabalho aparece mais como um estágio natural na vida destas crianças, com um sentido de obrigação e de retribuição aos pais pelos que estes lhe propiciam.

A dimensão cultural do trabalho infantil foi discutida em estudos realizados em diferentes regiões do país. De acordo com Rizzini et al (1996), na região sul do país há maior contingente de crianças ocupadas em atividades agrícolas, sendo que a maioria não recebe remuneração alguma, pois trabalha junto com seus pais, tanto como empregados em propriedades alheias como na própria unidade de produção familiar. Como esta região também concentra as maiores taxas de atividade de crianças e adolescentes (incluindo, portanto, o meio urbano) e reúne as melhores condições de vida do país, tais dados parecem indicar que, no Sul, o trabalho infantil relaciona-se mais a aspectos culturais do que econômicos.

Por sua vez, Dauster (1992) salienta que o trabalho infantil não se explica somente através de uma instância econômica. Aliás, este poderia ser reinterpretado como escolha e decisão, sendo entendido, até determinado ponto, como uma orientação natural dos pais. Em seu estudo, em uma favela carioca, o trabalho precoce é a regra, constituindo-se em um princípio de socialização.

Desta maneira, para a autora, o trabalho infantil é representado, pelas camadas populares, como natural, sendo que a necessidade é definida como reciprocidade e valor para a organização familiar (aos pais, caberia suprir alimento e moradia; aos filhos, caberia trabalhar ou "ajudar", como forma de retribuição). "Isto conduz a outra visão do trabalho infantil, que foge à opressão e exploração às quais ele é habitualmente relacionado" (Dauster, 1992, p. 34). Assim, o trabalho infantil estaria relacionado a uma prática social destas famílias. De modo semelhante, Rizzini (1999) constata que muitas vezes a família não consegue ver como trabalho as atividades desenvolvidas pelas crianças.

Outro significado que pode ser associado à dimensão cultural do trabalho infantil é entendê-lo como instância formativa da criança. Neste sentido, uma pesquisa realizada com famílias de crianças e adolescentes de Belo Horizonte apontou que muitos entrevistados consideravam que qualquer atividade remunerada (serviço doméstico, vendas, atendimento de telefone) constituíam um aprendizado, a partir de uma concepção de que se *aprende* um trabalho com sua prática ou por acompanhar os pais no seu trabalho (Famílias, 1995). "A ideologia do trabalho foi profundamente enraizada em nossa sociedade. O trabalho tornou-se valor inquestionável (...). Ao pobre, o trabalho, desde a mais tenra idade, como elemento educativo, formador e reabilitador" (Rizzini et al, 1996, p. 31).

O sentido da “ajuda” fortemente marcado, desqualificando o trabalho infantil como trabalho, permite estabelecer uma conexão entre trabalho infantil e trabalho feminino. Bernardes et al (1995), referindo-se a crianças da periferia da região metropolitana de Porto Alegre, coloca que estas percebem o trabalho remunerado da mulher como uma colaboração prestada ao homem na sua função de principal provedor da casa. Do mesmo modo, as crianças deste estudo, embora participem de todas as etapas da produção do fumo, além de outras tarefas necessárias ao andamento da casa e da propriedade rural, não se vêem como trabalhadores iguais aos adultos, mas como alguém que está “ajudando” e, que, portanto, é facilmente dispensável.

Segundo Heilborn (1997),

A categoria ajuda traduz certa gratuidade implicada nas relações familiares sancionadas pelo princípio da reciprocidade. Nessa ordenação, as crianças são chamadas a contribuir com algum desempenho, o que contrasta fortemente com outros padrões de relacionamento familiar, sobretudo os que abrigam uma representação da infância comprometida com o ideário igualitário e moldados pelo espírito de que se trata de uma etapa particularmente exigente de atenção e prerrogativas. O grupo doméstico nas classes populares encerra um ciclo de trocas em que as dádivas dos pais em relação aos filhos, em primeiro lugar, a da vida, e a do sustento, são retribuídas pelos filhos em termos de um compromisso na ajuda para o funcionamento do grupo como um todo (p. 314).

No que se refere ao cotidiano, as descrições das crianças trabalhadoras no fumo são repletas de situações do mundo do trabalho, a exemplo do estudo com crianças da zona canavieira do interior de Pernambuco (Dourado et al, 1999). Neste sentido, pode-se concordar com Dauster (1992), que afirma que a condição de trabalhador configura a construção social da realidade, assim como a identidade destas crianças.

DaMatta (1991), em seu livro “A casa e a rua”, faz uma série de reflexões sobre o tempo e o espaço como categorias sociológicas, que podem auxiliar na compreensão das crianças que trabalham no fumo. Para o autor, tempo e espaço são invenções sociais, pois constroem e são construídos pelos sujeitos sociais. Portanto, todos os sistemas sociais necessitam de noções de tempo e de espaço. E prossegue:

Não seria preciso insistir que as unidades de tempo só podem ser visíveis como tais na medida em que estão ligadas a alguma atividade socialmente bem marcada. (...) Mas o que desejo demonstrar é o seguinte: as atividades que demarcam o tempo, ou ajudam a construí-lo provendo uma base para a noção de duração diferenciada e de passagem, são as atividades que ocorrem sempre em espaços

distintos uns em relação aos outros. Há um sistema de contraste ou de oposição no espaço, ou melhor, na constituição do espaço como coisa concreta e visível; assim como há atividades igualmente distintas (DaMatta, 1991, p. 39).

Desta maneira, as crianças relatam um cotidiano marcado por espaços e tempos distintos: a roça – tempo de trabalho; a casa – tempo de trabalho ou de descanso; a escola – tempo de estudo; a rua – tempo de lazer. A passagem de um espaço para outro, marca uma mudança de atividades, as quais se ordenam em oposições diferenciadas: trabalho, estudo, lazer, descanso. Além disto, tanto as semanas (dias comuns x finais de semana) têm um ritmo próprio de tempo (os dias comuns são marcados por um maior volume de trabalho, além do compromisso com a escola, enquanto os sábados, domingos e feriados são reservados, na maior parte das vezes, ao lazer e ao descanso), como os meses ou o ano (há o tempo de semear o fumo, de plantar, de colher e de comercializá-lo; há o tempo da entre-safra, dedicado a outras culturas e que exige menos trabalho que o fumo; há o tempo de aula e o tempo das férias escolares, que coincide com o auge da colheita do fumo). A troca de um espaço para o outro, principalmente do espaço da casa, é marcada, conforme DaMatta (1991), de forma rígida, o que pode ser ilustrado, nas falas dos meninos e meninas entrevistados, na “troca de roupa” ao chegar da roça, antes de iniciar o trabalho doméstico ou de ir para a escola.

Pode-se ainda perguntar se a roça é percebida como em oposição à casa, ou como integrante desta, sendo que os relatos parecem indicar que se trata de uma extensão da casa. Assim, a dificuldade de queixar-se do trabalho realizado pode ser entendido neste contexto, pois, “na rua podem-se admitir contradições próprias deste espaço; mas na casa as contradições devem ser banidas, sob pena de causarem um intolerável mal-estar” (DaMatta, 1991, p. 61).

#### Considerações finais

O trabalho realizado tanto no espaço da roça, quanto da casa, é visto, fundamentalmente, como “ajuda” ou “serviço”, diferenciando-se do trabalho na cidade, que é “emprego” ou “trabalho”. Tais nomeações delimitam uma hierarquia de valor, relacionada a questões etárias, de gênero e classe social: crianças (que “ajudam”) são menos valorizadas que adultos (que trabalham), meninas (a quem cabe a maior parte do trabalho “mais fácil” e “mais leve”) são menos valorizadas que meninos (encarregados das tarefas “mais pesadas”) e trabalhadores(as) rurais (pois na roça “não tem mais futuro”) são menos valorizados(as) que trabalhadores urbanos (a cidade acena com maiores perspectivas, mesmo que em posições desqualificadas e subalternas).

Para estes meninos e meninas, o trabalho e a infância não são esferas incompatíveis,

sendo que o trabalho marca espaços e tempos de suas vidas: a roça, a casa, a escola, a rua; tempo de trabalhar, de estudar, de brincar. Embora o tempo de brincar seja exíguo, as imagens de infância correspondem à concepção hegemônica em nossa sociedade, a qual é reinterpretada à luz de sua realidade, adquirindo outras conotações. Desta maneira, o trabalho é incorporado como prática educativa e, em muitas situações, o brincar acontece nos mesmos espaços e tempos. A roça e a casa também são palcos de “bagunça” e brincadeiras.

Para as crianças, o trabalho na lavoura e na casa encontra-se naturalizado, apesar das campanhas de erradicação do trabalho infantil que vêm acontecendo nos últimos anos. O seu trabalho inscreve-se no que DaMatta (1991) representou como o código da “casa”, sendo, portanto, concebido como a-histórico e parte de uma ordem moral. Deste modo, são poucas as queixas ou manifestações de revolta por trabalhar: estas ocorrem de forma velada, sendo pontuadas por ponderações a respeito do valor do trabalho ou aparecem em disfarçados gestos de resistência (pequenas mentiras para ser dispensado do trabalho, brincadeiras, ironia...). Assim, embora as crianças também incorporem o modelo hegemônico de infância, segundo o qual criança não deve trabalhar, esta contradição é administrada a partir do código da “casa”, isto é, o trabalho é considerado a partir de uma instância formativa e de solidariedade.

Apesar das narrativas constituírem a infância a partir de um pressuposto de universalidade, os meninos e meninas entrevistados(as) consideram-se crianças, sendo que o trabalho integra a infância, assim como o brincar e o estudo. A identidade de criança soma-se a de trabalhador(a), o que também lhes confere um sentimento de gratificação, visto que se percebem cooperando com suas famílias.

Deve ficar claro que, assim como não se pode falar de *uma* infância, também não é possível falar de *uma* infância trabalhadora. Existem muitas formas de trabalho infantil, sendo que estas variam desde trabalhos leves e ocasionais, até a intensa exploração das crianças. Portanto, este estudo coloca-se como circunstanciado e datado, não sendo passível de generalização: em outras realidades, o ser-criança e o trabalho entrelaçam-se de outras maneiras, produzindo outros sentidos. Contudo, é justamente afastando-se de uma *verdadeira* definição da infância é que se pretende auxiliar para uma maior compreensão da(s) infância(s) no Brasil.

#### Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDES, Nara M. G. et al. Ser mulher, ser homem: significações construídas por crianças de classes populares. In: JACQUES, M.G.C. et al (org.). *Relações sociais e ética*. Porto Alegre: ABRAPSO-SUL, 1995. p. 219-32.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, p. 31-6, ago. 1992.

DOURADO, Ana et al. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 407-36.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 347-402.

FAMÍLIAS de crianças e adolescentes: diversidade e movimento. Visão quantitativa. Belo Horizonte: AMAS, 1995. p. 25-112.

FUKUY, Lia et al. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n. 152, p. 28-46, jan./abr. 1985.

GNACCARINI, José César. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. In: MARTINS, J.S. (coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 81-116.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 293-340.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1999. p. 376-406.

RIZZINI, Irene et al. *A criança e o adolescente no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: USU ed. Universitária/Amais, 1996.

SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.